

XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

POBREZA URBANA E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL: REFLEXÕES SOBRE O URBANISMO DE RISCO EM CURITIBA

Gislene de Fátima Pereira (Universidade Federal do Paraná) - gislenepereira42@gmail.com
Arquiteta e Urbanista, Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Professora adjunta do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPR, Coordenadora do Laboratório de Arquitetura e Urbanismo da UFPR

Madianita Nunes da Silva (Universidade Federal do Paraná) - madianita@gmail.com
Arquiteta e Urbanista, Mestre e Doutoranda em Geografia, Professora Assistente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPR, Pesquisadora do Núcleo Curitiba Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Observatório das Metrópoles

1 Introdução

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o conceito de urbanismo de risco, marcado pela presença da pobreza urbana e da degradação ambiental nas cidades contemporâneas. Terá como referência de análise a estruturação da cidade de Curitiba à luz do processo de crescimento das ocupações irregulares. Curitiba é hoje o pólo de uma das principais aglomerações metropolitanas brasileiras, indicando, portanto, que as questões e desafios nela presentes não divergem muito dos encontrados em outras grandes cidades do país.

A metrópole de Curitiba, que na década de 1970 iniciou sua consolidação pelo crescimento da industrialização, a aceleração da urbanização e o êxodo rural¹, a partir de 1990 foi marcada por transformações socioespaciais importantes, expressas, inicialmente, na dimensão econômica, pela chegada das montadoras automotivas e outras empresas transnacionais, mas que também foram percebidas nas políticas públicas, nas condições sociais, na localização das atividades urbanas e na constituição de novas morfologias espaciais, dentre elas o expressivo crescimento das ocupações irregulares (FIRKOWSKI, 2008).

De acordo com Firkowski e Moura (2001, p. 37) nas duas últimas décadas, a metrópole passou a apresentar características próprias ao processo de metropolização contemporânea, mas em especial, aquela verificada em aglomerações urbanas de países não centrais para o capitalismo mundial, marcada pela concentração do que há, socialmente, de mais moderno e de mais atrasado. Ou seja, se, por um lado, as metrópoles contemporâneas concentram atividades econômicas e riquezas (ASCHER, 1995), nelas também coexistem espaços de extrema pobreza, marcados pela ilegalidade e a informalidade, que expõem a população residente a inúmeras situações de precariedade e a todo tipo de risco.

Ao discutir a relação entre urbanização contemporânea e o crescimento das favelas, Davis (2006) afirma que a intensificação da primeira, em especial nos países de Terceiro Mundo, é impulsionada mais pela pobreza do que pela oferta de empregos, evidenciando assim as contradições do processo em curso. Para o autor, a espacialização da urbanização contemporânea manifesta-se de modo considerável nas grandes aglomerações de edificações inacabadas, feitas de tijolo aparente, de palha ou de todo tipo de resíduos, construídas fora das normas e praticamente sem nenhuma tecnologia. Destaca que essas “favelas pós-modernas” são as áreas urbanas mais expostas aos riscos ambientais e recorrentemente são cenários de grandes catástrofes. (DAVIS, 2006, p. 13-29).

Em estudo recente sobre a Região Metropolitana de Curitiba (RMC)², Moura e Rodrigues (2009) demonstram que os mesmos municípios que nas duas últimas décadas

tiveram índices crescentes de participação no Valor Adicionado Fiscal (VAF) do Paraná, apresentaram também os indicadores sociais mais baixos da região. O estudo indicou ainda, que cerca de 75% das carências sociais da RMC concentra-se em apenas catorze dos seus vinte e seis municípios, a maioria desses situados no entorno imediato da cidade pólo, caracterizados por um elevado grau de integração com Curitiba (Figura 1). As autoras destacam que, do total das carências sociais identificadas, Curitiba contribui com 38%, sinalizando as grandes distâncias sociais presentes nesse município. Tais distâncias ficam ainda maiores se forem considerados o déficit habitacional e o desemprego urbano, que elevam a participação do pólo da metrópole para 50% do total das carências da RMC. (MOURA e RODRIGUES, 2009, p. 157).

Tendo como referência os dois últimos elementos identificados pelas autoras, o déficit habitacional e o desemprego urbano, diretamente relacionados à discussão central desse artigo, outra questão relevante refere-se às transformações observadas na lógica de organização do mercado imobiliário da metrópole de Curitiba nas duas últimas décadas, marcada, dentre outros fatores, pela redução significativa na produção de lotes formais e o crescimento das ocupações irregulares (PEREIRA e SILVA, 2009, p.306).

Segundo a Universidade Federal do Paraná (2004), entre 1970 e 1994 foram aprovados 89.089 lotes formais nos municípios do Aglomerado Metropolitano de Curitiba³, sendo as décadas de 1970 e 1980 as que apresentaram maior dinamismo nessa produção, responsáveis por 96,69% do total (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2004, p.59). Na década de 1990 observa-se a redução do número de lotes regularmente produzidos, mas o crescimento de áreas ocupadas de forma irregular. De acordo com a Tabela 1, verifica-se que entre 1987 e 1996 dobrou o número de ocupações irregulares e triplicou o de domicílios localizados nesses assentamentos no município de Curitiba. Esse crescimento teve continuidade na década seguinte – 1996/2005 –, quando dobraram tanto o número de ocupações, quanto o de domicílios irregulares.

TABELA 1 – Evolução das Ocupações e Domicílios irregulares – Município de Curitiba – 1979/2005

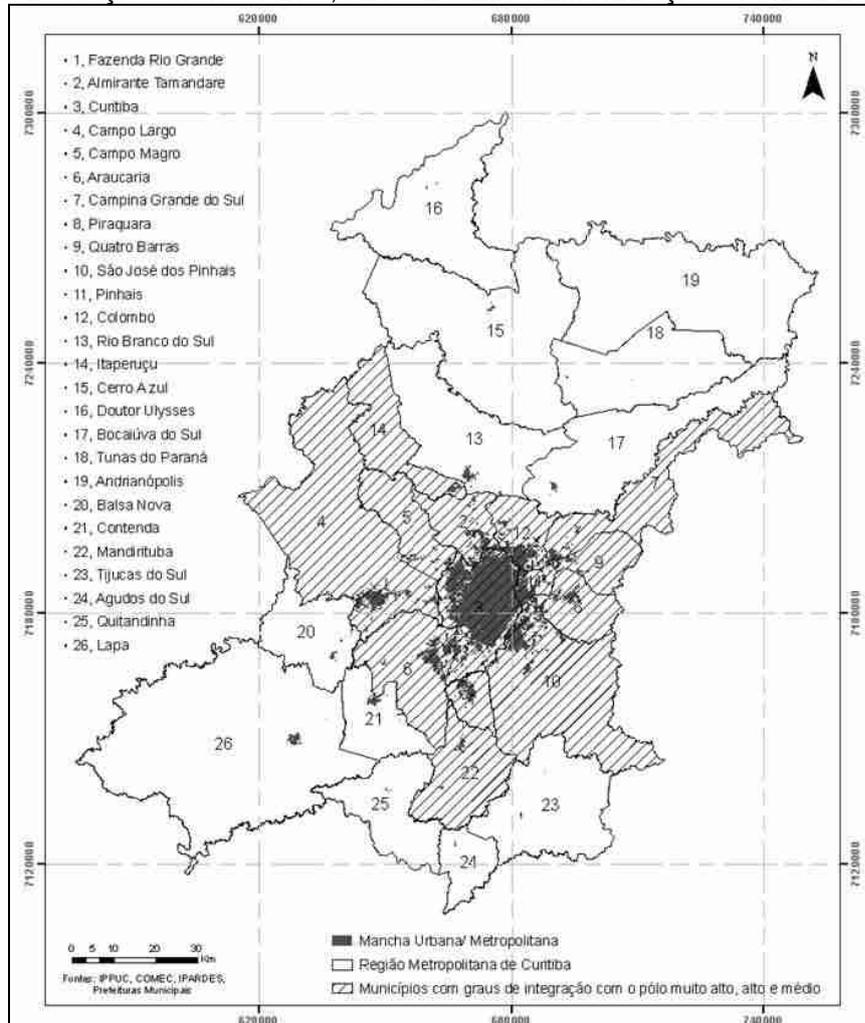
| ANO | NÚMERO DE OCUPAÇÕES | NÚMERO DE DOMICÍLIOS |
|------|---------------------|----------------------|
| 1979 | 46 | 6.067 |
| 1987 | 87 | 11.929 |
| 1996 | 167 | 33.778 |
| 2000 | 301 | 57.333 |
| 2005 | 341 | 62.267 |

FONTE: (COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA; INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA, 2007)

Além do crescimento em número de ocupações e domicílios irregulares nas duas últimas décadas, destaca-se o peso de Curitiba nesse processo no conjunto da metrópole.

De acordo com a Universidade Federal do Paraná (2004, p. 63), em 1998, o pólo contribuía com 65,89% do total da população residente em assentamentos informais no Aglomerado Metropolitano de Curitiba.

FIGURA 1 – RMC, MANCHA URBANA DE OCUPAÇÃO METROPOLITANA E MUNICÍPIOS COM GRAUS DE INTEGRAÇÃO MUITO ALTO, ALTO E MÉDIO EM RELAÇÃO À CIDADE PÓLO – 2009



FONTES: (PARANÁ, 2006), (MOURA e RODRIGUES, 2009).

Edição: Elena Justen Brandenburg

As questões expostas indicam que em Curitiba observa-se a reprodução da mesma contradição, presente em muitas das grandes aglomerações urbanas brasileiras e mundiais, caracterizada por uma importante diferenciação socioespacial na moradia das classes de baixa e alta renda. (MATTOS, 2004; DAVIS, 2006; BERRY-CHIKHAQUI, DEBOULET, ROULLEAU-BERGER, 2007). Estas diferenciações, típicas de um modelo de urbanização ora denominado urbanismo de risco, podem ser compreendidas à luz do processo de produção capitalista da cidade, conforme a discussão que se apresenta no item a seguir.

2 Produção capitalista da cidade e pobreza urbana: conceituando urbanismo de risco

De acordo com Mueller (1997), a associação entre pobreza e concentração de população, típica no Terceiro Mundo, permite caracterizar as cidades brasileiras pelos seguintes aspectos:

- a. grande parte da população de baixa renda reside em aglomerados de sub-habitações: construções precárias, com número elevado de habitantes por unidade habitacional, desprovidas de abastecimento de água potável e em condições de riscos sanitários;
- b. as áreas ocupadas pela população de baixa renda são, em geral, frágeis sob o ponto de vista ambiental: encostas, várzeas, terrenos próximos a focos de poluição ou de risco (aterros sanitários, indústrias, redes de alta tensão, etc);
- c. os assentamentos de baixa renda estão localizados, geralmente, em terrenos ilegais ou desrespeitando a legislação de uso do solo, o que dificulta, quando não impede, o provimento dos serviços urbanos, especialmente a instalação das redes de água, esgoto, energia elétrica, drenagem, pavimentação e coleta de lixo;
- d. o ambiente físico e social apresenta condições favoráveis para disseminação de doenças endêmicas tais como diarreia, febre tifóide, meningite, infecções de pele, olhos, ouvidos, além de intoxicação alimentar;
- e. além dos riscos de doenças, os assentamentos da população de baixa renda estão permanentemente sujeitos à violência, decorrente da falta de perspectivas de trabalho e renda, bem como da presença da rede de narcotráfico.

Essas características, presentes em grande parte das cidades brasileiras, configura o que Rolnik (1997) denomina **urbanismo de risco**:

aquele marcado pela insegurança, quer do terreno, quer da construção ou ainda da condição jurídica da posse daquele território. As terras onde se desenvolvem estes mercados de moradia para os pobres são, normalmente,... aquelas que pelas características ambientais são as mais frágeis, perigosas e difíceis de ocupar com urbanização: encostas íngremes, beiras de córregos, áreas alagadiças. O risco é, antes de mais nada, do morador... Porém, o urbanismo é de risco para a cidade inteira...(ROLNIK, 1997, p. 7).

Pasternak (2008, p. 78) identifica o risco como uma das principais questões a serem consideradas na discussão sobre favelas no Brasil. Destaca que, além das características de concentração de domicílios com elevada carência de serviços públicos e baixos padrões urbanísticos e de moradia, mesmo quando existe segurança de permanência da população

no local, muitas das áreas onde esses assentamentos humanos estão localizados encontram-se em zonas de risco ambiental. Essa característica, que no caso das favelas está também associada à pobreza urbana, amplia a situação de vulnerabilidade socioespacial, entendida como a “insegurança e sensibilidade no bem estar de indivíduos, famílias e comunidades, decorrentes das transformações no meio ambiente, e da adaptabilidade e resistência deste último a riscos provocados por cada transformação negativa” (MOSER⁴,1998, apud CARDOSO, 2008).

De acordo com Cardoso (2008, p. 180) a privação do acesso aos serviços básicos, ao trabalho remunerado, à moradia e a um ambiente seguro, caracterizam o pobre moderno, que constitui, principalmente, um indivíduo sem perspectiva de vida. Para a autora, nesse contexto de escassez, característico das cidades de países em desenvolvimento, a população de baixa renda se apóia na flexibilidade espacial e nas redes sociais presentes nos assentamentos informais para garantir sua sobrevivência, e essas características explicam porquê, tanto a ausência de políticas de oferta de terras como o alto custo do mercado formal acabam determinando as escolhas dos habitantes de baixa renda. Cardoso conclui que quanto mais pobre a população, mais ela necessita de boa acessibilidade e, preferencialmente, localizações próximas ao centro da cidade e, para obtê-los, acaba ocupando a terra indesejável e sujeita aos riscos que foi evitada pelo mercado formal.

A partir das considerações dos autores, pode-se afirmar que o “*urbanismo de risco*” é, portanto, conseqüência do processo de produção da cidade dentro da lógica capitalista, que se baseia na maximização do lucro que o solo pode gerar e na exigência de uma renda mínima para ter acesso a esse solo. Nesta situação, a população de maior renda tende a receber maiores benefícios e os mais pobres permanecem à margem, por não disporem de recursos financeiros que permitam uma inserção igualitária na cidade. Dessa forma, os diferentes valores (traduzidos em preços) assumidos pelas áreas urbanas implicam numa distribuição espacial da população de acordo com a capacidade desta em arcar com os custos de localizações específicas. As áreas aptas à urbanização e melhor localizadas são mais caras e serão ocupadas pela população que pode pagar por elas. A população de menor poder aquisitivo tende a ocupar áreas desvalorizadas pelo mercado imobiliário, como a periferia urbana (com deficiência nos serviços urbanos básicos, precária situação sanitária e habitações inadequadas), e regiões ambientalmente frágeis - fundos de vale, encostas, áreas sujeitas a inundações, áreas de proteção ambiental. Nesses assentamentos, o risco de desabamentos, enchentes e contaminações com resíduos de toda ordem é agravado pela forma como se deu a ocupação e pelas condições precárias das moradias, que favorecem a ocorrência de incêndios, a difusão de doenças hídricas e/ou motivadas por ventilação e insolação deficiente, entre outros fatores.

Para Davis (2006) essas áreas urbanas, ocupadas de maneira informal pela população de baixa renda, constituem atualmente o nicho da pobreza na ecologia da cidade, e grande parte dos pobres urbanos nos países do Terceiro Mundo não tem outra opção senão a de conviver com os riscos. O autor afirma, ainda, que o crescimento da urbanização informal nas últimas décadas multiplicou por dez ou mais vezes a probabilidade inerente de desastres nos ambientes urbanos, ampliando assim os riscos⁵ a que estão sujeitos a população residente (DAVIS, 2006, p. 127-130).

A partir da conceituação apresentada a respeito do “urbanismo de risco”, no próximo item procurar-se-á identificar como ele se manifesta em Curitiba, tendo como referência o processo de expansão das ocupações irregulares nas duas últimas décadas.

3 Curitiba: ocupações irregulares e o urbanismo de risco

Na década de 2000 a Administração do Município de Curitiba delimitou e quantificou todas as áreas de ocupações irregulares existentes na cidade. Para o estudo, foram consideradas ocupações irregulares *“todos os assentamentos urbanos efetuados sobre áreas de propriedade de terceiros, sejam elas públicas ou privadas, bem como aqueles promovidos pelos legítimos proprietários das áreas sem a necessária observância dos parâmetros urbanísticos e procedimentos legais estabelecidos pela lei de parcelamento 6766/79 (federal) e 2460/66 (municipal)”* (INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA, 2001, p. 1).

Esse estudo teve seu levantamento atualizado no final da década e classificou as ocupações irregulares em quatro categorias: (i) assentamento espontâneo em regularização; (ii) assentamento espontâneo sem regularização; (iii) loteamentos clandestinos em regularização e (iv) loteamentos clandestinos sem regularização (COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA; INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA, 2007). As ocupações irregulares denominadas assentamento espontâneo, correspondem ao que no Brasil ficou conhecido como favela.⁶ A atualização contabilizou 62.267 domicílios em ocupações irregulares, correspondendo, aproximadamente, a 200.000 pessoas; mais de 10% da população de Curitiba (Tabela 2).

TABELA 2 – Ocupações Irregulares segundo categorias - Curitiba – 2000 e 2005

| CATEGORIA | 2000 | | 2005 | |
|--|----------|------------|----------|------------|
| | Nº Áreas | Domicílios | Nº Áreas | Domicílios |
| Assentamento em Regularização | 78 | 19.199 | 53 | 17.352 |
| Assentamento sem Regularização | 184 | 34.334 | 205 | 38.048 |
| Loteamento Clandestino em Regularização | 3 | 513 | 10 | 2.101 |
| Loteamento Clandestino sem Regularização | 36 | 3.287 | 73 | 4.766 |
| Total | 301 | 57.333 | 341 | 62.267 |

FONTE: (COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA; INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA, 2007)

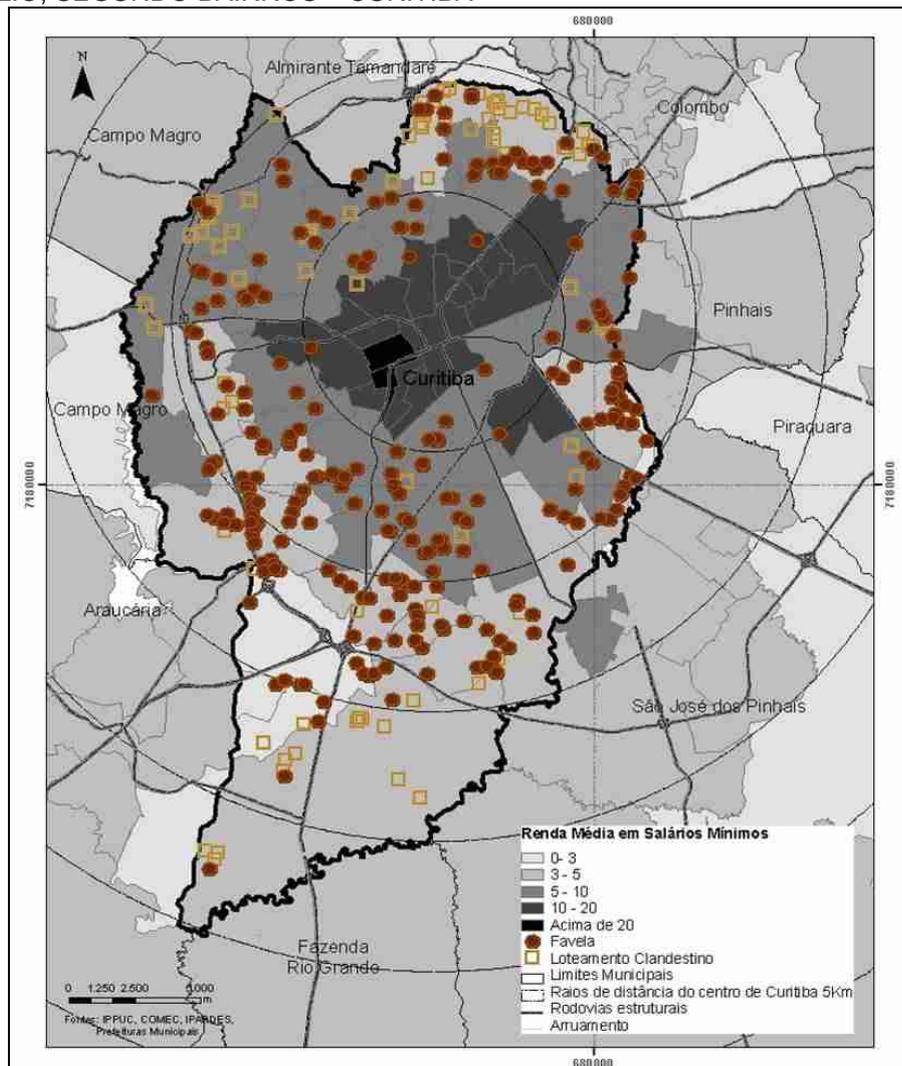
De acordo com Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (2008), embora em Curitiba as ocupações irregulares não apresentem alguns fatores de risco típicos de outras regiões do Brasil, tais como localização em encostas, mangues ou palafitas, a ocupação desordenada gera situações de risco, associadas aos seguintes aspectos:

- a. dificuldade de acesso, decorrente da precariedade do sistema viário e ausência de drenagem pluvial, que aliados às condições geológicas dificulta a circulação na área;
- b. acesso parcial à rede de abastecimento de água – 42,99% dos domicílios nessas ocupações possuem hidrômetro individual, 7,88% hidrômetro coletivo, 2,31% têm acesso através de torneiras comunitárias e 33,34% recebem água tratada através de ligações clandestinas;
- c. ausência de rede de esgotos em 72,32% das áreas;
- d. rede de energia elétrica em apenas 40,46% dos domicílios, sendo que os demais apresentam ligações clandestinas;
- e. coleta de lixo com atendimento parcial, gerando acúmulo de lixo nas casas e ruas;
- f. ocupação inadequada de Áreas de Proteção Ambiental (APA) e Áreas de Preservação Permanente (APP);
- g. baixo padrão construtivo das habitações: casas de madeira reaproveitada (52,72%) e casas mistas (14,41%);
- h. ausência de instalações sanitárias adequadas em 28,6% dos domicílios;
- i. precariedade no atendimento do transporte coletivo;
- j. acelerado processo de expansão apesar das condições extremamente adversas.

Além das características apresentadas, observa-se que as ocupações irregulares no Município estão concentradas em determinadas áreas, sendo a maioria delas localizadas em bairros periféricos e limítrofes aos municípios metropolitanos do entorno ao pólo (Figura 2). A Figura 2 representa ainda o município de Curitiba, a renda média do chefe de

domicílios segundo bairros, e a localização das ocupações irregulares. Sua análise demonstra que o maior número de ocupações irregulares, bem como a população com menor renda, concentra-se ao **sul** (região próxima ao bairro Sítio Cercado) e a **sudoeste** (região próxima ao bairro Cidade Industrial) da cidade.

FIGURA 2 – LOCALIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES E RENDA MÉDIA DOS CHEFES DE DOMICÍLIO, SEGUNDO BAIRROS – CURITIBA



FONTE: (COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA; INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA, 2007)

Edição: Elena Justen Brandenburg

Estas conclusões também são confirmadas pelos dados apresentados na Tabela 3, que indica os dez bairros de Curitiba com a maior proporção de domicílios em ocupações irregulares, em relação ao número total de domicílios. Verifica-se que três, dos quatro bairros com maior número de domicílios em ocupações irregulares, localizam-se nas regiões sul e sudoeste da cidade, Cidade Industrial, Pinheirinho e Sítio Cercado, que juntos somavam 28,57% do total de áreas e 32,69% do total de domicílios irregulares no ano 2000.

TABELA 3 – Número de áreas e domicílios em ocupações irregulares segundo bairros - Curitiba – 1999/2000

| BAIRROS | NÚMERO DE ÁREAS | | NÚMERO DE DOMICÍLIOS | |
|-------------------|-----------------|--------|----------------------|--------|
| | Absoluto | % | Absoluto | % |
| Cidade Industrial | 50 | 16,61 | 11.698 | 20,40 |
| Cajuru | 20 | 6,64 | 9.449 | 16,48 |
| Sítio Cercado | 14 | 4,65 | 5.235 | 9,13 |
| Uberaba | 12 | 3,99 | 3.577 | 6,24 |
| Tatuquara | 10 | 3,32 | 2.170 | 3,78 |
| Novo Mundo | 8 | 2,66 | 2.110 | 3,68 |
| Pinheirinho | 22 | 7,31 | 1.810 | 3,16 |
| Parolin | 1 | 0,33 | 1.719 | 3,00 |
| Alto Boqueirão | 10 | 3,32 | 1.484 | 2,59 |
| Ganchinho | 2 | 0,66 | 1.337 | 2,33 |
| Total Curitiba | 301 | 100,00 | 57.333 | 100,00 |

FONTE: IPPUC - Banco de Dados - (Pesquisa de Campo¹) COHAB-CT

NOTA: ¹Pesquisa de Campo realizada no período de nov./99 a abr./2000

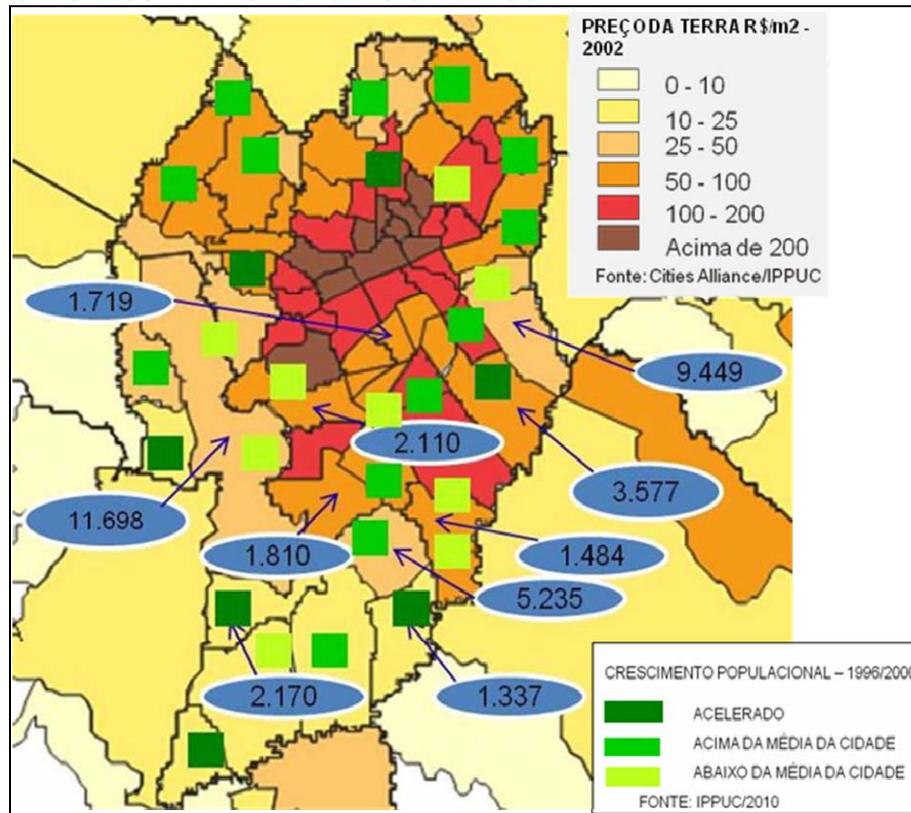
ELABORAÇÃO: IPPUC/Banco de Dados.

A Figura 3 relaciona localização das ocupações irregulares e preço da terra em Curitiba, a qual revela uma polarização de padrões de ocupação: (i) na região **norte/nordeste** estão concentrados maiores preços imobiliários, menor número de ocupações irregulares⁷ e crescimento populacional acima da média; (ii) na região **sul** predominam menores preços imobiliários, crescimento populacional acelerado e maior proporção de domicílios localizados em ocupações irregulares.

A Tabela 4 quantifica as ocupações irregulares e o número de habitantes e domicílios desses assentamentos, de acordo com as bacias hidrográficas, e identifica a situação de risco a que estão sujeitas. A análise explicita que existem 151 ocupações em áreas sujeitas a inundação, sendo que muitas delas estão em faixas de drenagem fluvial. Uma outra parcela significativa – 65 ocupações irregulares – localiza-se em outros tipos de área de risco, tais como faixas não edificáveis de ferrovias e linha transmissão de energia elétrica, definidas por legislação específica. A soma das situações de risco indica que 54,40% das 397 ocupações irregulares situadas em Curitiba estão sujeitas a algum tipo de risco (COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA e INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA, 2007, p.114).

Na verdade, todas essas áreas são aquelas pelas quais o mercado imobiliário formal não tem interesse, uma vez que não são edificáveis sob o ponto de vista da legislação. Ou seja, a incidência de parâmetros restritivos para edificação, ou mesmo sua proibição, faz com que essas áreas tenham pouco valor no mercado imobiliário, e por isso permanecem vazias, disponíveis para ocupação por famílias cuja renda não permite uma inserção na cidade formal.

FIGURA 3: PREÇO DA TERRA, BAIRROS COM MAIOR NÚMERO DOMICÍLIOS EM OCUPAÇÕES IRREGULARES E CRESCIMENTO POPULACIONAL - CURITIBA



FONTES: (BANCO MUNDIAL, INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL, UNIVERSIDADE DA CALIFÓRNIA, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2005; INSTITUTO DE PESQUISA DE PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA, 2001; IBGE, 2000)

TABELA 4: Número de Domicílios, Habitantes e Ocupações Irregulares segundo Bacia Hidrográfica com identificação da Situação de Risco – Curitiba - 2007

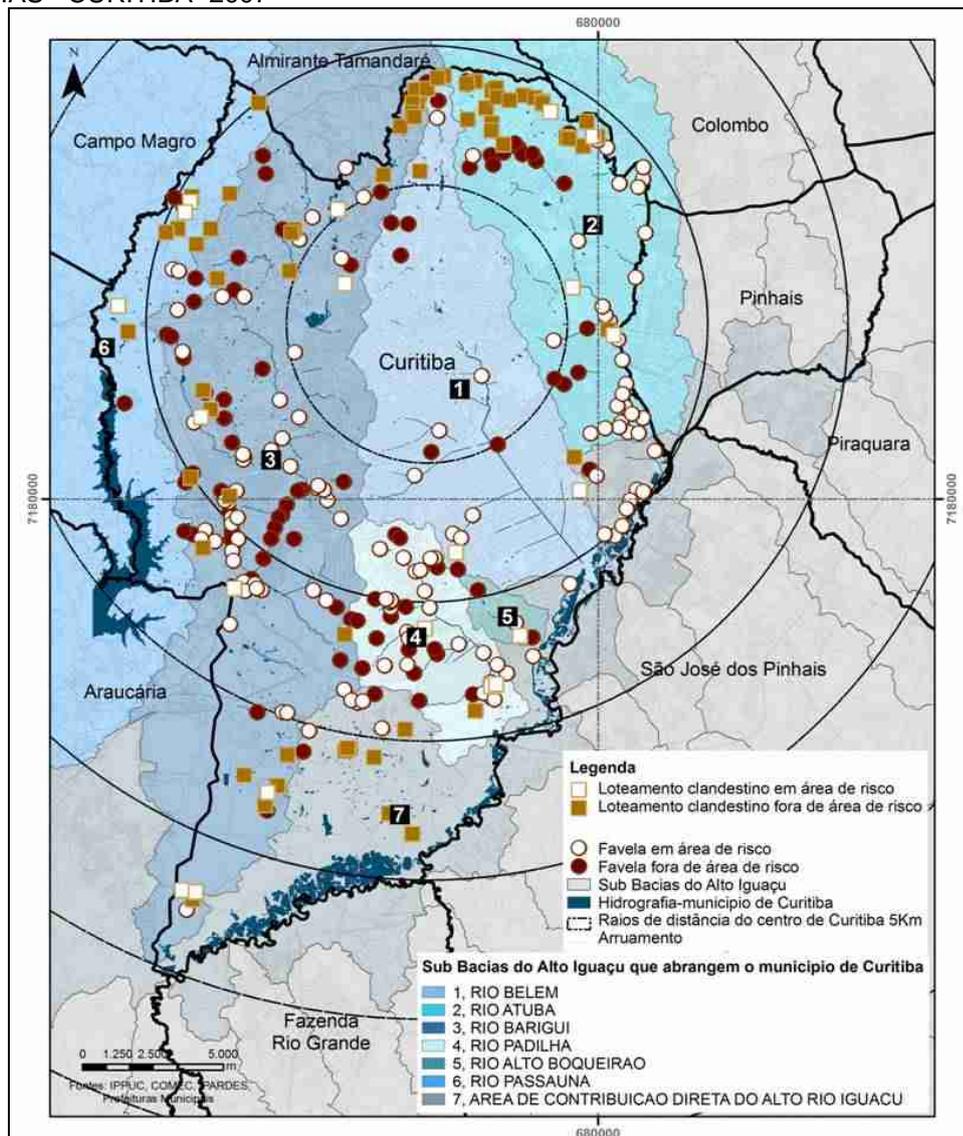
| BACIAS | OCUPAÇÕES IRREGULARES | | | SITUAÇÃO DE RISCO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR | | |
|------------------------------------|-----------------------|------------------|-------------|---|-------------|------------|
| | Nº de Domicílios | Nº de Habitantes | Nº de Áreas | Ferrovia | Alta Tensão | Inundação |
| Sub-bacia do Rio Passaúna | 2.191 | 8.435 | 26 | - | 3 | 7 |
| Sub-bacia do Rio Barigui | 25.908 | 99.746 | 144 | 2 | 26 | 48 |
| Sub-bacia do Rio Belém | 5.385 | 20.732 | 53 | 1 | 3 | 18 |
| Sub-bacia do Rio Atuba-Bacacheri | 14.741 | 56.753 | 93 | 1 | 16 | 38 |
| Sub-bacia do Ribeirão dos Padilhas | 8.284 | 31.893 | 50 | - | 3 | 26 |
| Bacia do Alto Iguaçu | 6.092 | 23.454 | 31 | 4 | 6 | 14 |
| TOTAL | 62.601 | 241.013 | 397 | 8 | 57 | 151 |

FONTE: (COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA; INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA, 2007)

A Figura 4 localiza as ocupações irregulares em área de risco, permitindo identificar a predominância desses assentamentos na região **sudoeste** da cidade – Bacias do Rio

Barigui e Ribeirão dos Padilhas, e a **leste**, na bacia do Rio Atuba-Bacacheri, sendo que a primeira região concentra também o maior número de ocupações irregulares do tipo favela, indicando um alto grau de vulnerabilidade da população nela residente. Nas bacias dos Rios Barigui e Ribeirão dos Padilhas localiza-se 54,61% do total da população residente em ocupações irregulares, e nelas estão concentradas 48,61% das áreas sujeitas a situações de risco.

FIGURA 4 – IDENTIFICAÇÃO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES SUJEITAS A RISCO SEGUNDO CATEGORIAS - CURITIBA -2007



FONTE: (COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA; INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA, 2007)
 Editoração: Elena Justen Brandenburg

A partir do exposto pode-se afirmar, portanto, que a expansão da ocupação na cidade de Curitiba está ocorrendo, predominantemente: i) em direção à região sul/sudoeste; ii) sobre as terras de menor valor; iii) é comandada pela população de baixa renda; e iv) em

domicílios inadequados, localizados em ocupações irregulares, sendo uma parcela significativa dessas áreas sujeitas a risco.

4 Considerações Finais

A partir da análise do processo de crescimento das ocupações irregulares no município de Curitiba, procurou-se demonstrar que a produção da cidade, ao seguir a lógica capitalista, segrega a parcela da população que não tem renda suficiente para acessar ao mercado imobiliário formal. Com restritas opções para localização de suas moradias, essa população tende a ocupar áreas inadequadas, desprovidas de infraestrutura e serviços urbanos e, na maioria das vezes, com sérias restrições ambientais, configurando o denominado “**urbanismo de risco**”.

Tendo em vista a relevante presença da pobreza e a crescente urbanização verificada nos países latino-americanos, e sendo a cidade estruturada com base nas leis de mercado, é possível afirmar, portanto, que há uma tendência desse urbanismo de risco consolidar-se como prática predominante. Caso esse cenário não sofra nenhum tipo de intervenção, aqueles que não tem renda suficiente para garantir o acesso à moradia, não conseguirão ser cidadãos, no sentido amplo da palavra. A não cidadania é a concretização da pobreza urbana.

Torna-se necessário, no entanto, avançar da crítica à lógica do sistema, para a proposição de alternativas viáveis de melhora no padrão de qualidade do ambiente urbano. Esse parece ser o caminho mais difícil, pois como afirma Maricato (2000, p. 169): “É mais fácil entrar em acordo sobre uma crítica que diz respeito à realidade já vivida e conhecida do que sobre uma proposta que diz respeito ao vir a ser”.

Diante da constatação das limitações das práticas de gestão do espaço urbano, cabe-nos questionar: o que pode fazer o urbanista? Não se pretende aqui atribuir a este profissional a tarefa de transformar a cidade; ao contrário, reconhecendo-se a necessidade do trabalho interdisciplinar, devem ser buscadas alternativas de ação conjunta. A única especificidade do urbanista é que a cidade constitui seu objeto de trabalho e, por dever de ofício, ele deve conhecê-la em profundidade. Esse conhecimento deve orientá-lo a buscar caminhos alternativos, que levem à superação da degradação ambiental, mas acima de tudo, à superação da segregação socioespacial a que está historicamente submetida a população de baixa renda residente nas cidades no Brasil. Sabe-se, no entanto, que reverter esse rumo não é tarefa simples, porque significa interferir nas regras de funcionamento do mercado imobiliário, o que implica em uma ação política, dirigida à recuperação da justiça social e ao resgate da cidadania.

A degradação social e ambiental, materializadas no espaço das cidades, está assumindo uma dimensão tal que é impossível ficar imune aos seus efeitos. Essa dimensão torna-se relevante não apenas pelo aumento das situações de risco a que a sua população está submetida, mas também porque, como se afirmou no início, a intensificação da urbanização é um fenômeno crescente na contemporaneidade. Assim, a cidade capitalista, e para isso foi utilizado o exemplo de Curitiba, tornou-se a expressão contemporânea do risco à vida; trata-se do *urbanismo de risco* concretizando-se na vida cotidiana de todos os cidadãos. Ou, não cidadãos.

Conforme coloca Souza (1988, p. 11) “uma coisa é importante: o problema urbano e a urbanização devem ser colocados como tema central de preocupação da sociedade nos partidos políticos, nos sindicatos, nas universidades, nas associações de todo gênero, pois a colocação correta da questão urbana poderá evitar que os problemas urbanos não coloquem em questão toda a sociedade”.

REFERÊNCIAS

ASCHER, F. **Metápolis ou l’avenir des villes**. Paris: Odile Jacob, 1995.

BANCO MUNDIAL; INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL; UNIVERSIDADE DA CALIFÓRNIA; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Estudos Estratégicos de Apoio às Políticas Urbanas para os Grupos de Baixa Renda**. Brasília, 2005.

BERRY-CHIKHAQUI, I.; DEBOULET, A.; ROULLEAU-BERGER, L. (Dir). **Villes internacionales: entre tensions et réactions des habitants**. Paris: La Découvert, 2007.

BRASIL. **Assentamentos precários no Brasil urbano**. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2007.

CARDOSO, A. C. D. Assentamentos informais e a pobreza urbana: Belém em foco. In: VALENÇA, M. M. (Org). **Cidade (i)legal**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 163-218.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA; INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **Plano de Regularização Fundiária em áreas de preservação permanente**. Curitiba, 2007.

DAVIS, M. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DELGADO, P.; DESCHAMPS, M. V.; MOURA, R. Estrutura sócio-espacial da Região Metropolitana de Curitiba: tipologia e mudanças no período 1980/1991. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, Rio de Janeiro: FASE. 1998. 1 CD-ROM

FIRKOWSKI, O. L. C. de F. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba**. 278f. Tese de Doutorado em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Línguas e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F. **Internacionalização, extensão urbana e metropolização: olhares cruzados para a apreensão do espaço urbano em Curitiba, Paraná**. Curitiba: UFPR, Departamento de Geografia, 2008. 21 p. (Edital MCT/CNPq 03/2008 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas).

FIRKOWSKI, O. L. C. de F.; MOURA, R. Regiões metropolitanas e metrópoles: reflexões acerca das espacialidades e institucionalidades no sul do Brasil. **RA' EGA O espaço geográfico em análise**, Curitiba, n. 5, p. 27-46, mar./jun. 2001.

GASPARINI, D. **Regularização de loteamento e desmembramento**. São Paulo: FPFL/Cepam, 1993.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **Ocupações Irregulares: Curitiba 1999/2000**. Curitiba, 2001.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **Plano municipal de habitação de interesse social: Síntese do Diagnóstico**. Curitiba: IPPUC, 2008.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Redes urbanas regionais: sul. Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil (6)**. Brasília, 2000.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. ARANTES, O. et al. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

MATTOS, C. A. de. Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latino-americana. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação a cooperação e o conflito**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, Rio de Janeiro: FASE, 2004. p. 157-196.

MOURA, R.; RODRIGUES, A. L. **Como andam Curitiba e Maringá**. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrôpoles, 2009.

MUELLER, C. C. Problemas ambientais de um estilo de desenvolvimento: a degradação da pobreza no Brasil. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, n.1, jul./dez. 1997.

PARANÁ. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. **Plano de desenvolvimento integrado da Região Metropolitana de Curitiba: propostas de ordenamento e novo arranjo institucional**. Curitiba, 2006.

PASTERNAK, S. A favela que virou cidade. In: VALENÇA, M. M. (Org). **Cidade (i)legal**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 73-108.

PEREIRA, G. **Produção da cidade e degradação do ambiente: a realidade da urbanização desigual**. 229 f. Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

PEREIRA, G.; SILVA, M. N. da. Dinâmica Imobiliária na Região Metropolitana de Curitiba: o mercado formal e informal e a estruturação da metrópole. In: MOURA, R.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. (Org). **Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região metropolitana de Curitiba**. Curitiba: Letra Capital Editora, 2009. p. 295-314.

ROLNIK, R. Instrumentos urbanísticos contra a exclusão social. **Revista Pólis**, São Paulo, v. 29, jul./dez.1997.

SILVA, M. N. da.; BRANDENBURG, E. J.; BESCIAK, N. C. Ocupações irregulares: a margem no centro da discussão a respeito da metropolização e da globalização em Curitiba-PR-Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITORIO, XI, 2010, Mendoza, Argentina. **Anais...** Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 2010. 1 CD-ROM.

SOUZA, M. A. **Governo Urbano**. São Paulo: Nobel, 1988.

ULTRAMARI, C; MOURA, R. **Metrópole grande Curitiba: teoria e prática**. Curitiba: IPARDES, 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ **Urbanização e recursos hídricos na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba, 2004. 1 CD-ROM.

¹ Uma discussão aprofundada do processo que deu origem à dinâmica de metropolização em Curitiba na década de 1970 pode ser encontrada nas seguintes referências: Ultramari e Moura (1994); Firkowski (2001) e Delgado, Deschamps e Moura (2004).

² As primeiras regiões metropolitanas brasileiras foram criadas e delimitadas pelo governo federal pela Lei Complementar nº 14 de 1973, dentre elas a de Curitiba. A RMC é composta hoje por 26 municípios: Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulisses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul, Tunas do Paraná (PARANÁ, 2006).

³ De acordo com o relatório Redes Urbanas Regionais: Sul o aglomerado metropolitano constitui “uma mancha de ocupação derivada de conurbação e/ou periferização, diretamente polarizada pela metrópole, envolvendo municípios limítrofes com contigüidade, continuidade e/ou descontinuidade de ocupação. Apresentam população urbana e densidade demográfica elevadas, forte vinculação econômica, intensos fluxos de relações intermunicipais com comutação diária, complementaridade funcional e população ocupada em atividades urbanas (setores secundário e terciário)” (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2000, p. 68). Compõe-se de doze municípios: Curitiba, Pinhais, Colombo, Almirante Tamandaré, Campo Magro, Campo Largo, Araucária, Fazenda Rio Grande, São José dos Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e Campina Grade do Sul.

⁴ MOSER, C. The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies.

World Development, v 26 n.1, p. 1-19. 1998.

⁵ Para Davis (2006, p. 130) a vulnerabilidade ambiental urbana, ou risco, é calculada como produto da probabilidade de acidentes (frequência e magnitude de ocorrências naturais) vezes o patrimônio (população e abrigos em risco), vezes a fragilidade (características físicas do ambiente construído).

⁶ Segundo Silva, Brandenburg e Besciak (2010, p. 6), as favelas, denominadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como aglomerados subnormais para fins de levantamento censitário, são caracterizadas como assentamentos que conformam um conjunto de no mínimo 51 domicílios, ocupam ou ocuparam até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), normalmente dispostos de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, dos serviços públicos essenciais (BRASIL, 2007, p. 16). No levantamento realizado pela Administração Municipal de Curitiba, sem restrição do número mínimo de domicílios, foram consideradas como favelas todos os assentamentos residenciais, que de acordo com o levantamento elaborado, possuíam as demais características consideradas pelo IBGE. Loteamento clandestino refere-se a um tipo de parcelamento de solo executado sem a autorização ou conhecimento do poder público municipal, instância federativa a quem compete a concessão do direito de fracionar o solo urbano no Brasil (GASPARINI, 1993, p. 3). Ou seja, são loteamentos em desconformidade com a legislação de parcelamento do solo urbano vigente.

⁷ Os loteamentos clandestinos foram desconsiderados nesta avaliação, ou seja, consideraram-se apenas as favelas.